

# **ÁGUAS DO DOURO E PAIVA, S.A.**

## **CONCURSO PUBLICO SEM PUBLICIDADE INTERNACIONAL**

### **PROGRAMA DO PROCEDIMENTO**

## **PROC-DP-8/2025 – CONCURSO PÚBLICO PARA AQUISIÇÃO TRANSITÓRIA DE MATERIAL HIDRÁULICO DE MÉDIO E GRANDE PORTE**

## **PROGRAMA DE PROCEDIMENTO**

### **ÍNDICE**

1. IDENTIFICAÇÃO E OBJETO DO CONCURSO.....	8
2. ANÚNCIO .....	8
3. CONSULTA E FORNECIMENTO DAS PEÇAS DO PROCEDIMENTO .....	9
4. ESCLARECIMENTOS, ERROS E OMISSÕES, RETIFICAÇÕES E ALTERAÇÃO DAS PEÇAS PROCEDIMENTAIS	9
5. TIPO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NO QUE SE REFERE AO MODO DE REMUNERAÇÃO .....	10
6. PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO E PREÇO BASE.....	10
7. CONCORRENTES.....	10
8. DOCUMENTOS DA PROPOSTA.....	10
9. PROPOSTAS VARIANTES.....	11
10. IDIOMA DOS DOCUMENTOS DA PROPOSTA .....	12
11. PRAZO E MODO DE APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS .....	12
12. ABERTURA E DISPONIBILIZAÇÃO DAS PROPOSTAS .....	12
13. PRAZO DE OBRIGAÇÃO DE MANUTENÇÃO DAS PROPOSTAS .....	13
14. ESCLARECIMENTOS A PRESTAR PELOS CONCORRENTES.....	13
15. CRITÉRIO DE ADJUDICAÇÃO .....	13
16. EXCLUSÃO DE PROPOSTAS .....	14
17. RELATÓRIO PRELIMINAR.....	14
18. RELATÓRIO FINAL.....	14
19. DECISÃO DE ADJUDICAÇÃO .....	15
20. NOTIFICAÇÃO DA ADJUDICAÇÃO.....	15
21. DECISÃO DE NÃO ADJUDICAÇÃO .....	15
22. DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E OUTROS DOCUMENTOS .....	15
23. CAUÇÃO.....	16
24. APROVAÇÃO E ACEITAÇÃO DA MINUTA DO CONTRATO.....	17
25. RECURSO A PROCEDIMENTO DE AJUSTE DIRETO .....	17
26. DESPESAS.....	17

27. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL.....	17
-------------------------------	----

## **ANEXOS**

ANEXO I – DECLARAÇÃO DO ANEXO I DO CCP

ANEXO II – MODELO DA PROPOSTA

ANEXO III – LISTA DE PREÇOS UNITÁRIOS

ANEXO IV - MODELO DE ACORDO-PROMESSA DE CONSTITUIÇÃO

ANEXO V - DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE SOCIAL EMPRESARIAL

# ÁGUAS DO DOURO E PAIVA, S.A.

## CONCURSO PÚBLICO

### PREÂMBULO

A Águas do Douro e Paiva, S.A., adiante abreviadamente designada por AdDP, tem como objetivo a captação, o tratamento e o abastecimento de água para consumo humano a 1,7 milhões de habitantes residentes nos 20 municípios acionistas (Amarante, Arouca, Baião, Castelo de Paiva, Cinfães, Espinho, Felgueiras, Gondomar, Lousada, Maia, Matosinhos, Oliveira de Azeméis, Ovar, Paços de Ferreira, Paredes, Porto, Santa Maria da Feira, São João da Madeira, Valongo e Vila Nova de Gaia), abrangendo uma área de 2.715 km<sup>2</sup>.

No cumprimento do objetivo para o qual foi criada é fundamental a manutenção do seu parque de infraestruturas, bem como de todos os equipamentos que as compõem. Deste conjunto de infraestruturas destacam-se as Estações de Tratamento de Água – ETA de Castelo de Paiva, ETA de Ferreira, ETA do Ferro, ETA de Lever, ETA de Pousada, os 34 Reservatórios e as 25 Estações Elevatórias. Cabe assim garantir que todos os equipamentos se encontram devidamente aptos ao desempenho da funcionalidade a que se destinam. No **Anexo III ao Programa do Procedimento** encontra-se uma lista exaustiva do conjunto de equipamentos.

Para aquele efeito, realiza diversas intervenções para assegurar a execução de manutenção preventiva e corretiva, sendo que desta última o carácter de urgência é constante dado tratar-se de um bem de primeira necessidade para as populações.

Por isso, a AdDP, carece de se socorrer, de forma continuada e reiterada, da aquisição de materiais, podendo *ab initio* e em abstrato ser objeto de prévio dimensionamento ou quantificação global, designadamente no número total de quantidades a adquirir, uma vez que são elas determinadas em função das necessidades, mas que, dado o seu carácter aleatório, fruto da sua génese fortuita ou inesperada, não são suscetíveis de serem previamente estimadas. Deste conjunto passível de concretização fazem parte os materiais que, num passado recente, foram os mais utilizados nas substituições de materiais operadas nas tarefas de manutenção.

Uma vez que as peças e componentes a adquirir destinam-se a integrar equipamentos e infraestruturas preexistentes e que se encontram em operação, é absolutamente crítico e decisivo que o objeto de cada fornecimento assegure o perfeito, completo e total funcionamento do equipamento em condições de segurança e eficácia, o que sempre seria salvaguardado com recurso a peças produzidas (da marca) do fabricante.

As necessidades, são, basicamente, de 2 níveis: peças de desgaste e equipamentos propriamente ditos. Ora, se para os primeiros será fácil de entender a pertinência de adquirir peças totalmente equivalentes às existentes, por fazerem parte de um todo que tem de funcionar em pleno, para os segundos poderá ser menos perceptível, mas nem por isso menos pertinente, por diversas razões, que convém detalhar:

- a aquisição de novos equipamentos para substituição ou acréscimo dos existentes, de marcas diferentes das dos equipamentos do parque existente, ainda que equivalentes, levará na maior parte dos casos a duplicar, triplicar ou quadruplicar o investimento em stock de peças de desgaste, a menos que seja possível que uma mesma peça de desgaste seja compatível com todas as marcas de equipamentos existentes na empresa. Ora, facilmente se compreende, que será muito difícil que tal seja uma realidade sempre presente, pelo que a empresa necessita de sujeitar as marcas equivalentes que o fornecedor venha a apresentar a um escrutínio rigoroso de forma a não ver aumentados os seus gastos de stockagem em peças de desgaste;
- a aquisição de novos equipamentos para substituição ou acréscimo dos existentes, de marcas diferentes das dos equipamentos do parque existente, ainda que equivalentes, sendo para ligação a outros equipamentos idênticos ou complementares, poderá colocar em causa o funcionamento do conjunto, pelo que a empresa necessita de sujeitar as marcas equivalentes que o fornecedor venha a apresentar a um escrutínio rigoroso de forma a assegurar que se trata de um equivalente perfeito da marca utilizada para descritivo técnico do material, assegurando assim o funcionamento, completo, correto e harmonioso do conjunto;
- a aquisição de peças de desgaste que não sejam equivalentes perfeitos, para além de potenciarem avarias futuras, conforme dita a experiência de cerca de 30 anos da AdDP, poderá ainda acarretar gastos de instalação acrescidos, medidos em tempo e em dinheiro, caso venham a revelar-se necessárias adaptações ou dificuldades na sua aplicação durante as operações de manutenção, pelo que, a empresa necessita de sujeitar as marcas equivalentes que o fornecedor venha a apresentar a um escrutínio rigoroso, de forma a assegurar que se trata de um equivalente perfeito da marca utilizada para descritivo técnico do material;
- a incompatibilidade das peças de desgaste de algumas marcas com os equipamentos de outras marcas, levará ainda à criação de stocks elevados e que se tornarão, facilmente obsoletos, os quais terão uma repercussão nos resultados da empresa. É clara a economia de meios na gestão de stocks de peças de desgaste comuns a diversos equipamentos de uma mesma marca, ao invés de ser duplicado ou triplicado por peças de desgaste de diferentes marcas.

Dada a sensibilidade dos equipamentos em operação e dos riscos para a operação da entidade adjudicante de um deficiente funcionamento dos mesmos, com reflexos graves para o interesse das populações, e tendo em conta o anteriormente exposto, é absolutamente indispensável que as peças

e componentes a fornecer se assumam como estritamente **equivalentes** às peças e componentes indicadas pela entidade adjudicante.

Com efeito, a utilização de peças alternativas, similares nas suas características e funcionalidades, mas não verdadeiramente equivalentes, não estando concebidas estritamente dentro das especificações do fabricante, origina a ocorrência de avarias, colocando em risco a operacionalidade do equipamento e, em último caso, o tratamento da água para consumo humano.

Nessa medida, a entidade adjudicante, em sede de execução do presente contrato, será especialmente rigorosa na verificação da *equivalência* com as especificações técnicas das peças e componentes indicados pelo adjudicatário, na medida em que não se bastará, para considerar bem executados os fornecimentos, que os produtos disponibilizados tenham a mesma finalidade, objetivo e propósito, apresentando características semelhantes às exigidas.

Pelos motivos indicados, a entidade adjudicante exigirá uma equivalência total às especificações técnicas, aceitando peças e componentes que não apenas se destinem à finalidade pretendida, mas que apresentem também as mesmas características e propriedades das marcas indicadas, podendo submeter os produtos indicados pelos concorrentes, em fase de execução do contrato, a testes prévios de verificação de equivalência, à luz dos parâmetros seguintes:

- Os níveis de qualidade global;
- Os níveis de desempenho ambiental e climático;
- A conceção que preveja todas as utilizações necessárias à função manutenção da AdDP;
- A avaliação da operacionalidade e conformidade na fase da operação de manutenção;
- O desempenho, nomeadamente em termos de duração, eficiência, facilidade de desenvolvimento das tarefas manutenção, custos associados ao ciclo de vida do bem e facilidade de stockagem;
- A utilização do produto;
- A segurança ou as dimensões;
- A terminologia, os símbolos, os ensaios e métodos de ensaio;
- A marcação e rotulagem;
- As instruções de utilização.

Se o tipo de produto indicado **não for equivalente** em todos os parâmetros exigidos, o adjudicatário fica obrigado a fornecer o produto da marca de referência (da especificação técnica), não se admitindo nova proposta e teste de equivalência, dada a urgência na execução do fornecimento,

atendendo aos riscos de perturbação prolongada da atividade.

Para o efeito pretendido de verificação da equivalência, a AdDP solicitará, sempre que necessário as fichas técnicas, manuais, bem como quaisquer outros dados entendidos como necessários a um diagnóstico completo e objetivo das características e performance global da marca proposta pelo Adjudicatário.

Esta possibilidade legal de equivalência total às especificações técnicas está consagrada no artigo 49.º, n.º 8 do Código dos Contratos Públicos, onde se prevê expressamente a possibilidade de as especificações técnicas fazerem referência a determinado fabrico ou proveniência, incluindo marcas comerciais, patentes, tipos, origens ou modos de produção, se o objeto do contrato o justificar, o que, como tecnicamente se demonstrou, é, aqui, manifestamente o caso.

Reforce-se que esta possibilidade está igualmente consagrada no artigo 42.º, n.º 4 da Diretiva 2014/24/EU do Parlamento Europeu e do Conselho, razão pela qual a entidade adjudicante, a título excecional e extraordinário, porque o objeto do contrato assim o exige, está disponível apenas para a aquisição dos produtos especificados.

# ÁGUAS DO DOURO E PAIVA, S.A.

## CONCURSO PÚBLICO

### PROGRAMA DE PROCEDIMENTO

#### I. IDENTIFICAÇÃO E OBJETO DO CONCURSO

- I.1 O presente concurso adota a designação de “PROC-DP-8/2025 – Aquisição Transitória de Material Hidráulico de Médio e Grande Porte”.
- I.2 O presente concurso público tem por objeto a escolha do cocontratante particular do contrato de aquisição de materiais hidráulicos de médio ou grande porte, nos termos e condições definidas nas especificações constantes do caderno de encargos, e tem por fundamento a necessidade de assegurar, transitória e pontualmente, o fornecimento de material hidráulico de grande porte até à entrada em vigor do contrato a celebrar na sequência de procedimento pré-contratual de concurso público com publicidade internacional presentemente em fase de preparação do lançamento.
- I.3 A entidade adjudicante é a Águas do Douro e Paiva, S.A., doravante designada por AdDP, com sede na Rua de Vilar, n.º 235 – 5.º, 4050-626, União das Freguesias de Lordelo do Ouro e Massarelos, do concelho do Porto, pessoa coletiva n.º 514 310 774, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Vila Nova de Gaia, com os seguintes contactos para efeitos do presente procedimento:
  - ✓ Telefone: +351 226059300
  - ✓ Correio Eletrónico: [geral@addp.pt](mailto:geral@addp.pt)
  - ✓ Plataforma eletrónica de contratação pública **ACINGOV** acessível através do sítio eletrónico: <http://www.acingov.pt>
- I.4 A decisão de contratar foi tomada pelo Administrador executivo do Pelouro a 30 de janeiro de 2025.
- I.5 A contratação é precedida do presente procedimento de concurso público, nos termos do disposto nos artigos 16.º, n.º I, c) e 130.º e sgs., ambos do Código dos Contratos Públicos.
- I.6 O procedimento de concurso público foi escolhido ao abrigo do critério consignado na alínea b), do n.º I, do artigo 20.º do Código dos Contratos Públicos.
- I.7 O contrato não compreende divisão em lotes por se enquadrar na situação prevista no artigo 46.º-A do CCP, uma vez que, por motivos técnicos e funcionais, a gestão de um único contrato se revele mais eficiente para a entidade adjudicante.

#### 2. ANÚNCIO

O anúncio do Concurso Público, indicado no n.º I acima, foi publicado no Diário da República, de acordo com o artigo 130.º do Código dos Contratos Públicos aprovado pelo



Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, e suas posteriores alterações e republicações, doravante designados conjuntamente por CCP.

### **3. CONSULTA E FORNECIMENTO DAS PEÇAS DO PROCEDIMENTO**

- 3.1** As peças do procedimento estão integralmente disponibilizadas na Plataforma Eletrónica de Contratação Pública AcinGov acessível através do sítio eletrónico <http://www.acingov.pt>, desde o dia da publicação do anúncio no Diário da República.
- 3.2** Os interessados podem descarregar gratuitamente as peças do procedimento a partir da plataforma eletrónica referida no n.º 3.1, devendo para tanto proceder ao respetivo registo de acordo com as indicações constantes do mesmo.
- 3.3** O Processo do Procedimento é constituído pelas seguintes peças:
  - a) O presente Programa de Procedimento;
  - b) O Caderno de Encargos.

### **4. ESCLARECIMENTOS, ERROS E OMISSÕES, RETIFICAÇÕES E ALTERAÇÃO DAS PEÇAS PROCEDIMENTAIS**

- 4.1** Os interessados podem dirigir à AdDP, por escrito e através da plataforma eletrónica indicada no n.º 3.1, até às 23:59:59 horas do dia em que se conclua o primeiro terço do prazo fixado para a apresentação da proposta, pedidos de esclarecimento relativamente a quaisquer dúvidas surgidas na compreensão e na interpretação das peças do procedimento, bem como, neste mesmo prazo, apresentar uma lista de erros e omissões por si detetadas.
- 4.2** Os esclarecimentos a que se refere o número anterior serão prestados, por escrito, pelo Júri do procedimento e através da plataforma eletrónica indicada em n.º 3.1, até às 23:59:59 horas do dia em que se conclua o segundo terço do prazo fixado para a apresentação da proposta.
- 4.3** A pronúncia sobre os erros e as omissões identificadas pelos interessados, bem como os termos do seu suprimento aceites serão prestados, através da referida plataforma eletrónica, até às 23:59:59 horas do dia em que se conclua o segundo terço do prazo fixado para a apresentação da proposta.
- 4.4** A falta da prestação de esclarecimentos no prazo previsto nos números anteriores poderá justificar a prorrogação do prazo para a apresentação das propostas, por período correspondente ao atraso verificado.
- 4.5** A AdDP poderá, oficiosamente, proceder à prestação de esclarecimentos e retificações de erros ou omissões das peças do procedimento até às 23:59:59 horas do dia em que se conclua o segundo terço do prazo fixado para a apresentação da proposta ou até ao final do prazo de entrega das propostas, devendo, neste caso, o prazo fixado para a apresentação das propostas ser prorrogado, no mínimo, por período equivalente.

## 5. TIPO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NO QUE SE REFERE AO MODO DE REMUNERAÇÃO

- 5.1 A prestação de serviços a concurso, de acordo com o modo de remuneração ao prestador, será executada em regime de série de preços.
- 5.2 A forma de pagamento é a regulada no Caderno de Encargos.

## 6. PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO E PREÇO BASE

- 6.1 O contrato tem o prazo de vigência de 6 (seis) MESES a contar da data nele a fixar OU pelo período que decorra desde essa data até que seja atingido o preço base fixado em 6.2 OU na data em que se encontre concluído e pronto a entrar em vigor o contrato a celebrar na sequência do procedimento identificado na cláusula 1.<sup>a</sup> do caderno de encargos, conforme o que ocorrer primeiro, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato.
- 6.2 O preço base do procedimento é de 220.000,00 EUR (duzentos e vinte mil Euros), a que acresce IVA à taxa legal em vigor, e representa o preço máximo que a AdDP se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações que constituem objeto do contrato a celebrar.
- 6.3 Não obstante o preço base total fixado no número anterior são, também, fixados os preços base unitários, conforme consta do **Anexo III** ao presente – Lista de Preços Unitários.
- 6.4 A violação dos preços base atrás fixados em 6.2 e 6.3 implica a consequência prevista na alínea d) do n.º 2 do artigo 70.º do Código dos Contratos Públicos.

## 7. CONCORRENTES

- 7.1 Constitui requisito de habilitação, sob pena de caducidade da respetiva adjudicação, a inexistência de impedimento do adjudicatário, nos termos enunciados no artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

## 8. DOCUMENTOS DA PROPOSTA

- 8.1 A proposta deverá ser instruída com os seguintes documentos:
  - a) **Declaração do concorrente de aceitação do conteúdo do caderno de encargos**, elaborada em conformidade com o Anexo I ao Código dos Contratos Públicos (em **ANEXO I** a este Programa do Procedimento);
  - b) Proposta de preço, elaborada em conformidade com o modelo constante do **ANEXO II**. O preço proposto incluirá todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída à AdDP;
  - c) Lista de preços unitários preenchida de acordo o modelo constante do **ANEXO III**.
  - d) Declaração, no caso de o concorrente ser um **agrupamento de empresas**, em que as empresas agrupadas assumem solidariamente a responsabilidade perante a AdDP pela manutenção da sua proposta, e se comprometem, em caso de adjudicação, a constituírem-se

em agrupamento complementar de empresas (ACE) ou a associarem-se, na modalidade de consórcio externo, em regime de responsabilidade solidária dos agrupados ou consorciados, antes da celebração do contrato; a referida declaração, nos termos do **ANEXO IV** do presente Programa de Procedimento, deve ainda indicar a respetiva participação de cada empresa associada e qual a empresa que representa o agrupamento para efeitos de notificação dos atos no decorrer do procedimento.

- 8.2** Integram também a proposta quaisquer outros documentos que o concorrente apresente por os considerar indispensáveis para os efeitos do disposto na parte final da alínea b) do n.º I do artigo 57.º do CCP.
- 8.3** A proposta deve ser acompanhada pela chave de acesso à certidão atualizada do teor de todas as inscrições em vigor respeitantes à empresa concorrente para efeitos de verificação da obrigação prevista no n.º 4 do artigo 57.º do CCP.
- 8.4** Nos termos do artigo 54.º da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto, os documentos elencados no ponto anterior devem ser **todos** assinados eletronicamente pelo concorrente ou por representante legal com poderes para o obrigar, mediante a utilização de certificado de **assinatura eletrónica qualificada**, não bastando para o efeito a mera assinatura eletrónica de um ou vários ficheiros de compactação que contenham mais do que um dos documentos exigidos.
- 8.5** Quando a proposta seja apresentada por um agrupamento concorrente, tais documentos devem ser assinados pelo representante comum dos membros que o integram, caso em que devem ser juntos à proposta os instrumentos de mandato emitidos por cada um dos seus membros ou, não existindo representante comum, deve ser assinada por todos os seus membros ou respetivos representantes.
- 8.6** No caso em que a assinatura eletrónica certificada não possa relacionar diretamente o assinante com o Concorrente é obrigatória a junção de documento comprovativo de demonstração de poderes de representação, nos termos do disposto no n.º 7, do artigo 54.º, da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto.
- 8.7** Quer a proposta de preço, quer a lista de preços unitários, se aplicável, serão expressos em euros, e não incluirão o imposto sobre o valor acrescentado.
- 8.8** A falsidade de qualquer declaração implica a exclusão do concorrente do concurso, qualquer que seja a fase em que se encontre o respetivo desenvolvimento.

## **9. PROPOSTAS VARIANTES**

- 9.1** Não é admitida a apresentação pelos concorrentes de propostas variantes.

## **10. IDIOMA DOS DOCUMENTOS DA PROPOSTA**

- 10.1** Os documentos que constituem a proposta são obrigatoriamente redigidos em língua portuguesa.
- 10.2** Quando pela sua própria natureza, ou origem, estiverem redigidos noutra língua, deve o concorrente fazê-los acompanhar de tradução legalizada, em relação à qual declara aceitar a sua prevalência, para todos e quaisquer efeitos, sobre os respetivos originais.

## **11. PRAZO E MODO DE APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS**

- 11.1** A proposta, compreendendo todos os documentos que a devam integrar, nos termos previstos no ponto 8, será apresentada através da plataforma eletrónica indicada em 3.1 **até às 23:59:59 horas do dia 12/02/2025**, ou daquele que vier, eventualmente, a ser determinado por força de eventual concessão de prorrogação do prazo para a apresentação das propostas.
- 11.2** O concorrente, na apresentação da sua proposta, para efeitos do artigo 62.º do Código dos Contratos Públicos, deverá observar o disposto no artigo 54.º da Lei n.º 96/2015, de 17 agosto, assinando todos os documentos da proposta através da utilização de certificados de assinatura eletrónica qualificada, sob pena de exclusão da proposta.
- 11.3** A assinatura de pastas zipadas ou compactadas não equivale à assinatura dos documentos, nela, contidos.
- 11.4** As propostas apresentadas não serão objeto de negociação, nos termos previstos nos artigos 118.º e sgs. do CCP.

## **12. ABERTURA E DISPONIBILIZAÇÃO DAS PROPOSTAS**

- 12.1** No dia útil subsequente ao termo do prazo fixado para apresentação das propostas, o júri procede à publicitação da lista de concorrentes na plataforma eletrónica referida no ponto 3.1 deste Programa do Procedimento.
- 12.2** Os interessados que não tenham sido incluídos na lista de concorrentes publicada na plataforma eletrónica podem reclamar do facto, no prazo de 3 (três) dias contados da data da publicação da lista, devendo para o efeito apresentar comprovativo da tempestiva apresentação da sua proposta.
- 12.3** Caso a reclamação prevista no número anterior seja deferida, o júri publicará uma nova lista dos concorrentes e no caso de não se encontrar a proposta do reclamante, o júri fixa-lhe um novo prazo para apresentar, sendo aplicável, com as necessárias adaptações, o previsto nos números anteriores.

### **13. PRAZO DE OBRIGAÇÃO DE MANUTENÇÃO DAS PROPOSTAS**

- 13.1** Os concorrentes são obrigados a manter as respectivas propostas pelo prazo de 90 (noventa) dias contado da data do termo do prazo fixado para a apresentação das propostas, que se prorroga sucessivamente por períodos de 30 (trinta) dias no caso de, no decurso de cada período, os concorrentes nada declararem em contrário.

### **14. ESCLARECIMENTOS A PRESTAR PELOS CONCORRENTES**

- 14.1** Os concorrentes obrigam-se a prestar, relativamente aos elementos que instruem as suas propostas, os esclarecimentos que o Júri considere necessários e considerados relevantes para efeitos de análise e avaliação das mesmas.
- 14.2** Os esclarecimentos solicitados nos termos do número anterior serão prestados no prazo que no pedido, por escrito, for fixado. Esse prazo não será superior a dez dias e a não apresentação de tais esclarecimentos ou de justificação considerada aceitável, dentro de tal prazo, implicará a exclusão da respetiva proposta.
- 14.3** Os esclarecimentos prestados pelos concorrentes fazem parte integrante das respetivas propostas, desde que não contrariem os elementos constantes dos documentos que as constituem, não alterem ou completem os respetivos atributos, nem visem suprir omissões que determinam a sua exclusão nos termos do disposto na alínea a) do n.º 2 do artigo 70.º do CCP.
- 14.4** À AdDP assiste o direito de se poder informar das condições técnicas atuais de qualquer dos concorrentes junto da entidade competente.

### **15. CRITÉRIO DE ADJUDICAÇÃO**

- 15.1** O critério de adjudicação é da proposta economicamente mais vantajosa, determinada pela modalidade:

Monofator, através da densificação de um único aspeto de execução do contrato que, neste procedimento, se propõe ser o fator preço, neste caso, a adjudicação do contrato à proposta com o mais baixo preço, nos termos da alínea b) do n.º 1, do artigo 74.º do Código dos Contratos Públicos.

- 15.2** Nas situações em que, da agregação dos resultados da avaliação parcial dos fatores elementares, resulte uma classificação, com precisão até às duas casas decimais, que ordene no mesmo lugar mais do que uma proposta, o desempate entre elas e a subsequente ordenação das propostas far-se-á, de forma sucessiva, e até que se obtenha a diferenciação, através dos preços unitários mais baixos propostos para as componentes do fornecimento compreendidas nos artigos seguintes, constantes da lista de preços unitários:

- **1.º artigo:** I.78 - Válvula de retenção tipo Wafer, conforme norma EN1092;
- **2.º artigo:** I.71 - Válvula de borboleta concêntrica, vulcanizada, flangeada, conforme

norma EN1092;

- **3.º artigo:** 1.42 - Juntas de desmontagem auto travadas com  $\leq 25\%$  de tirantes, L=290mm.

**15.3** Em último caso, se mesmo assim existir propostas com igual classificação, realizar-se-á um sorteio para desempate daquelas, a promover pelo júri do procedimento, na presença dos representantes de todos os concorrentes, que serão notificados, via correio eletrónico, para a sessão de sorteio com uma antecedência mínima de 2 (dois) dias, com a indicação da hora e o local da sua realização.

**15.4** Será concedida uma tolerância de 15 (quinze) minutos, a contar da hora indicada para a realização do sorteio, decorrida a qual, o mesmo será iniciado ainda que não se encontrem presentes todos os representantes dos concorrentes notificados.

**15.5** O Júri elaborará a ata respetiva que documentará os trabalhos realizados na dita sessão e os resultados do sorteio, ficando apensa ao processo de contratação e que será divulgada por todos os concorrentes.

**15.6** Os concorrentes, cujos representantes não tenham comparecido ou tenham chegado para além do período de tolerância supra fixado, não poderão reclamar do teor da ata, nem dos resultados do sorteio.

## **16. EXCLUSÃO DE PROPOSTAS**

**16.1** São excluídas as propostas que se enquadrem nas situações previstas no artigo 70.º e nas alíneas do n.º 2 do artigo 146.º do CCP.

## **17. RELATÓRIO PRELIMINAR**

**17.1** O Júri elabora um relatório fundamentado sobre o mérito das propostas, ordenando-as classificativamente de acordo com o critério de adjudicação fixado no presente procedimento.

**17.2** No relatório mencionado no número anterior, o Júri fundamenta as razões por que propõe a exclusão de qualquer proposta, se for o caso.

**17.3** O Relatório Preliminar é submetido a audiência prévia, a promover pelo Júri do procedimento, podendo os concorrentes pronunciarem-se sobre o seu teor no prazo de 5 (cinco) dias.

## **18. RELATÓRIO FINAL**

**18.1** Exercido o direito de audiência prévia referido no número 17.3, ou decorrido o respetivo prazo, o Júri pondera as observações formuladas e elabora relatório final de avaliação das propostas, que submete à apreciação e decisão da entidade adjudicante, podendo ainda propor a exclusão de qualquer proposta se verificar, nesta fase, a ocorrência de qualquer dos motivos previstos no artigo 146.º, n.º 2, do CCP.

**18.2** No caso previsto na parte final do número anterior, o Júri procede a nova audiência prévia, nos termos do 17.3.

## **19. DECISÃO DE ADJUDICAÇÃO**

**19.1** Cumpridas as formalidades previstas nos artigos anteriores, o órgão competente para a decisão de contratar tomará a decisão de adjudicar.

## **20. NOTIFICAÇÃO DA ADJUDICAÇÃO**

**20.1** A decisão de adjudicação é comunicada simultaneamente a todos os concorrentes, juntamente com o relatório final de avaliação das propostas.

## **21. DECISÃO DE NÃO ADJUDICAÇÃO**

**21.1** Não há lugar a adjudicação, extinguindo-se o procedimento, nas situações previstas no n.º I do artigo 79.º do CCP, designadamente, quando:

- a) Nenhum concorrente haja apresentado proposta;
- b) Todas as propostas tenham sido excluídas;
- c) Por circunstâncias imprevistas, seja necessário alterar aspetos fundamentais das peças do procedimento após o termo do prazo fixado para a apresentação das propostas;
- d) Circunstâncias supervenientes relativas aos pressupostos da decisão de contratar o justifiquem, designadamente, a fixação de limites legais à atuação das empresas públicas ou a emissão de orientações nos termos dos artigos 24.º e 39.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro ou do n.º 7 do artigo 5.º, do Decreto-Lei 92/2013, de 11 de julho.

## **22. DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E OUTROS DOCUMENTOS**

**22.1** Juntamente com a notificação da decisão de adjudicação, a entidade adjudicante notifica o adjudicatário para, no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da referida notificação, apresentar os seguintes documentos:

- a) Declaração emitida conforme modelo constante do anexo II ao Código dos Contratos Públicos e a que se refere a alínea a), do n.º I do artigo 81.º daquele diploma;
- b) Documentos comprovativos de que não se encontra nas situações de impedimento previstas nas alíneas b), d) e) e h) do n.º I do artigo 55.º do CCP. A entrega destes documentos será dispensada caso o adjudicatário se encontre registado no Portal Nacional dos Fornecedores do Estado e seja possível à entidade adjudicante a consulta

da sua situação;

- c) Cópia do comprovativo do Registo de Beneficiário Efetivo, nos termos da Lei n.º 89/2017, de 21 de agosto.

**22.2** O prazo fixado para a apresentação dos documentos de habilitação previsto no ponto anterior pode ser prorrogado, por uma única vez, por solicitação do adjudicatário formulada ao órgão competente para a decisão de contratar, por um período não superior a 5 (cinco) dias.

**22.3** Os documentos de habilitação do adjudicatário deverão ser apresentados em língua portuguesa, ou acompanhados de tradução devidamente legalizada quando, pela sua própria natureza ou origem, estejam redigidos em língua estrangeira.

**22.4** O modo de apresentação dos documentos de habilitação pelo adjudicatário deverá cumprir os termos constantes do artigo 5.º da Portaria n.º 372/2017, de 14 de dezembro, tendo em conta o disposto no artigo 83.º - A do Código dos Contratos Públicos.

**22.5** No prazo definido no ponto 22.1 deve, ainda, o adjudicatário entregar os seguintes documentos, os quais sempre que não sejam emitidos e assinados por entidades oficiais, devem cumprir a formalidade de assinatura prevista no Ponto 11.2:

- a) Declaração de aceitação de Regulamento para Fornecedores disponível no website da Águas do Douro e Paiva, S.A., em <http://www.addp.pt>;
- b) Declaração de Responsabilidade Social, elaborada de acordo com a minuta constante do **ANEXO V** ao presente Programa do Procedimento;
- c) Declaração que identifique a pessoa ou pessoas indicadas para a outorga do contrato, acompanhada de título legitimador caso a mesma não resulte diretamente da certidão permanente;
- d) Declaração que identifique a pessoa, morada, n.º de fax e e-mail para efeitos de comunicações escritas a realizar durante a fase de execução do contrato.

**22.6** Quando o adjudicatário for um agrupamento de pessoas singulares ou coletivas os documentos previstos no n.º 22.1 e 22.4 devem ser apresentados por todos os seus membros.

**22.7** Os documentos de habilitação apresentados pelo adjudicatário devem ser disponibilizados, para consulta de todos os concorrentes, na plataforma eletrónica da entidade adjudicante.

**22.8** No caso de serem detetadas irregularidades nos documentos apresentados que possam levar à caducidade da adjudicação nos termos do disposto no artigo 86.º do CCP, o órgão competente para a decisão de contratar notifica o adjudicatário para, no prazo de 5 (cinco) dias, proceder à respetiva supressão.

## **23. CAUÇÃO**

**23.1** Nos termos do n.º 2 do artigo 88.º do CCP o adjudicatário encontra-se dispensado de prestar caução.



## **24. APROVAÇÃO E ACEITAÇÃO DA MINUTA DO CONTRATO**

- 24.1** A minuta do contrato será aprovada pelo órgão competente para a decisão de contratar em simultâneo com a decisão de adjudicação.
- 24.2** O órgão competente para a decisão de contratar pode propor ajustamentos ao conteúdo do contrato a celebrar, nos termos do artigo 99.º do CCP.
- 24.3** Aprovada a minuta do contrato a celebrar, o órgão competente para a decisão de contratar notifica-a ao adjudicatário, assinalando expressamente os ajustamentos propostos e para pronunciar, querendo.
- 24.4** A minuta do contrato a celebrar e os ajustamentos propostos consideram-se aceites pelo adjudicatário quando haja aceitação expressa ou quando não seja apresentada reclamação nos 5 (cinco) dias subsequentes à respetiva notificação.
- 24.5** As reclamações da minuta do contrato a celebrar só podem ter por fundamento a previsão de obrigações que contrariem ou que não constem dos documentos que integram o contrato ou ainda a recusa dos ajustamentos propostos.
- 24.6** No prazo de 10 (dez) dias a contar da receção da reclamação, o órgão competente para a decisão de contratar notifica o adjudicatário da sua decisão, equivalendo o silêncio à rejeição da reclamação.
- 24.7** Os ajustamentos que sejam aceites pelo adjudicatário devem ser notificados a todos os concorrentes cujas propostas não tenham sido excluídas.
- 24.8** Após a aceitação da minuta do contrato pelo adjudicatário, nos termos do artigo 101.º do CCP, a Entidade Adjudicante reduz a versão final do clausulado contratual em suporte informático para a aposição de assinaturas eletrónicas pelos representantes das outorgantes.

## **25. RECURSO A PROCEDIMENTO DE AJUSTE DIRETO**

- 25.1** A entidade adjudicante reserva-se o direito de adotar o procedimento de ajuste direto ao abrigo do artigo 24.º e 27.º do CCP, sempre que se preencham os requisitos cumulativos aí previstos.

## **26. DESPESAS**

- 26.1** Todas as despesas inerentes à elaboração e apresentação de propostas, bem como todas as despesas relacionadas com a celebração do contrato, constituem encargo dos concorrentes ou do adjudicatário, conforme o caso.

## **27. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL**

- 27.1** A todas as matérias que não estiverem especialmente reguladas no presente Programa do

Procedimento, aplica-se o disposto no CCP.

## **ANEXO I**

### **MODELO DE DECLARAÇÃO**

1 - ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1)... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa) e, se for o caso, do caderno de encargos do acordo-quadro aplicável ao procedimento, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

2 - Declara também que executa o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo (3):

a)...

b)...

3 - Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4 - Mais declara, sob compromisso de honra, que não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

5 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

6 - Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga-se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar os documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do referido Código.

7 - O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local),... (data),... [assinatura (4)].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas b), c) e d) do n.º 1 e nos n.os 2 e 3 do artigo 57.º

(4) Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do artigo 57.º

## ANEXO II

### MODELO DE DECLARAÇÃO DA PROPOSTA

....., (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de<sup>1</sup> ..... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de **Concurso Público para a .....**, obriga-se a executar o contrato a celebrar, de harmonia com o disposto no identificado caderno de encargos, nas condições técnicas e de prazo aí fixadas, pelos preços unitários propostos no **Anexo III** os quais, aplicados às quantidades estimadas fixadas nas peças do procedimento, perfazem o preço total estimado de ... EUR (.....), que não inclui Imposto sobre o Valor Acrescentado.

Data \_\_\_\_\_

Assinatura(s) \_\_\_\_\_

*(Assinatura eletrónica qualificada do Concorrente ou do representante que tenha poderes para o obrigar, nos termos do artigo 54.º da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto)*

---

<sup>1</sup> Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

## **ANEXO III**

### **LISTA DE PREÇOS UNITÁRIOS**

**Disponibilizada em ficheiro excell**

## ANEXO IV

### MODELO DE ACORDO-PROMESSA DE CONSTITUIÇÃO

\_\_\_\_\_ (indicação das empresas signatárias e sedes) após terem tomado completo conhecimento das condições estabelecidas no Processo de Procedimento para a “...-...-.... –....”, desde já formalizam a intenção de, em caso de adjudicação, se constituírem em \_\_\_\_\_ (indicar a figura jurídica adotada) <sup>(a)</sup>

A participação qualitativa de cada empresa é a que se discrimina:

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

As empresas associadas declaram que a empresa ..... representará a associação perante a Águas do Douro e Paiva, S.A. devendo toda a correspondência ser enviada para ..... (indicar endereço, telefone, correio eletrónico e fax).

As empresas associadas assumem perante a Águas do Douro e Paiva, S.A. responsabilidade solidária passiva, desde já, quanto à apresentação da proposta, mantendo-a no caso de adjudicação.

As empresas associadas assumem perante a Águas do Douro e Paiva, S.A. responsabilidade solidária passiva com o Agrupamento Complementar de Empresas, no cumprimento do contrato de prestação de serviço caso seja este o cocontratante. <sup>(b)</sup>

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

As empresas associadas obrigam-se a submeter à prévia apreciação e autorização da Águas do Douro e Paiva, S.A., qualquer alteração na composição da associação, sob pena de não fazendo, ver a sua proposta excluída ou, se for o caso, a adjudicação caducar.

Data \_\_\_\_\_

Assinatura (c) \_\_\_\_\_

<sup>(a)</sup> - No caso de a associação adotar alguma designação especial, acrescentar: “adotando o agrupamento a seguinte designação especial: “\_\_\_\_\_” (em maiúsculas).

<sup>(b)</sup> - Só no caso de a modalidade adotada ser a do ACE.

<sup>(c)</sup> - Assinatura eletrónica qualificada do Concorrente ou do representante que tenha poderes para o obrigar, nos termos do artigo 54.º da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto.

## **ANEXO V**

### **DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE SOCIAL EMPRESARIAL**

(Empresa), com sede na (morada), contribuinte n.º (.....), representada por (cargo e nome), declara que no âmbito da sua atividade e em cumprimento da legislação nacional:

- a) Não utiliza qualquer forma de trabalho infantil;
- b) Não utiliza qualquer forma de trabalho forçado;
- c) Proporciona um ambiente de trabalho seguro e saudável e toma as medidas adequadas para prevenir acidentes, incidentes e danos à saúde dos seus trabalhadores;
- d) Não coloca qualquer objeção à associação dos trabalhadores, a sindicatos ou à possibilidade de associação coletiva;
- e) Não realiza qualquer tipo de discriminação, direta ou indireta, baseada na ascendência, idade, sexo, orientação sexual, estado civil, situação familiar, património genético, capacidade de trabalho reduzida, deficiência, doença crónica, nacionalidade, origem étnica, religião, convicções políticas ou ideológicas e filiação sindical, bem como não interferir no exercício dos direitos, que lhe estão associados. Deve ser observada a proporcionalidade entre esta prática e o exercício da atividade profissional;
- f) Não permite comportamentos que se revistam de carácter coercivo, ameaçador, abusivo ou exploratório;
- g) Não realiza qualquer tipo de punição corporal, mental ou coerção física ou verbal;
- h) Cumpre com as leis aplicáveis sobre o horário de trabalho e cumpre o pagamento de horas extraordinárias;
- i) Assegura que a composição dos salários e benefícios seja detalhada e clara para os trabalhadores.
- j) Compromete-se a colaborar nas atividades de monitorização que a AdDP venha a promover, no âmbito do seu sistema de responsabilidade empresarial;
- k) Promoverá as ações de reparação e ações corretivas para tratar quaisquer não conformidades que coloquem em causa os requisitos da norma SA8000, identificadas no âmbito da monitorização referida no ponto j);
- l) Informar a AdDP de quais são os fornecedores, subcontratados e subfornecedores que estão a prestar serviço ou fornecer qualquer material ou equipamento no âmbito da execução do contrato;
- m) Informar os seus fornecedores, subcontratados e subfornecedores do conteúdo desta declaração.

Mais declara, a veracidade dos elementos acima descritos, subscritos por esta empresa.

(Localidade), (dia) de (mês) de 201....

---

#### Assinaturas

*(Assinatura eletrónica qualificada do Concorrente ou do representante que tenha poderes para o obrigar, nos termos do artigo 54.º da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto)*